

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 26 DE SETEMBRO DE 2022

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, nos Paços do Concelho pelas vinte e uma horas e quinze minutos iniciou-se a sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Peso da Régua de harmonia com a convocatória de 16 de setembro de 2022, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Apreciação da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e da situação financeira do Município.
- 2) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal para a composição do Júri para o recrutamento de dois lugares do cargo dirigente intermédio de 3º grau.
- 3) Apresentação, discussão e aprovação da alteração orçamental n.º 8.
- 4) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à alteração à Estratégia Local de Habitação de Peso da Régua.
- 5) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal de autorização para a contratação de EMLP, ao abrigo do art.º 51º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de setembro, na sua atual redação para Aquisição de Terrenos para a Criação de Áreas de acolhimento Empresarial Tecnológicas e Oficiais, até ao montante de 445.290,60€.
- 6) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à fixação de percentagem da taxa do IMI para vigorar na cobrança a efetuar durante o ano 2023.
- 7) Apresentação, discussão e aprovação da proposta Câmara Municipal relativa à fixação da percentagem da taxa de participação no IRS, para o ano 2023, ao abrigo do preceituado no art.º 25º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
- 8) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal de lançamento de uma derrama, através da fixação da percentagem da taxa para o ano de 2023, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC.
- 9) Apresentação, discussão e aprovação da taxa municipal de direitos de passagem fixação de taxa para 2023.

10) Designação de um representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde – Douro I – Marão Norte (ACES), de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 50 do Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto.

Feita a chamada, verificou-se que não estavam presentes os Deputados Ana Patrício dos Santos Costa, Ana Paulo Teixeira de Carvalho, Hugo Tiago Rodrigues da Fonseca, Jorge Filipe Gomes Alves, tendo sido substituídos pelos Deputados Marlene Monteiro de Almeida, Paulo Manuel de Carvalho Teixeira Mendes, João Manuel Nogueira Rocha e Ricardo Filipe Eusébio Martins, respetivamente.

No tratamento de assuntos gerais para o interesse da Autarquia, usou da palavra a Deputada do PS, Marlene Almeida, questionando o executivo sobre o porquê de o Complemento de Apoio à Família, no 1º ciclo, não estar implementado, salientando a sua relevância e complementaridade com as AEC's.

Tomou a palavra a Deputada do PS, Carla Borges, aludindo sobre as obras junto à rotunda Baden Powel, nomeadamente se os constrangimentos existentes já estariam resolvidos, dado o bom ritmo das obras. Congratulou a realização das Festas do Douro, especialmente após dois anos sem as celebrar devido à pandemia e questionou acerca do valor gasto nas mesmas.

De seguida teve a palavra a Deputada do PS, Marinete Alves, que felicitou a Assembleia Municipal pela transmissão em direto ter sido aprovada por todos, sob proposta do PS. Pediu esclarecimentos sobre o ponto de situação do Wine Tourism Welcome Center, constituído por 4 municípios (Peso da Régua, Carrazeda de Ansiães, Tabuaço e Sernancelhe) e ainda sobre os critérios de seleção dos produtores e viticultores, por fim parabenizou a realização das Festas do Douro e perguntou para quando terá o concelho um pavilhão multiusos.

Usou da palavra o Deputado do CH, Eduardo Miranda, que efetuou uma análise às festas, questionando sobre o montante gasto com os concertos e acerca dos números do retorno dos mesmos na restauração. No referente à água e saneamento e resíduos urbanos questiona acerca dos tarifários para as empresas e domésticos, afirmando que deveria haver mais do que um tarifário dentro do tarifário das empresas. Nesta senda, alertou para os agregados familiares que têm dívida à ADIN no Bairro das Alagoas, explanando um exemplo de um agregado familiar com grandes dificuldades para fazer face ao plano de

pagamento de valores atrasados que foi proposto pela ADIN. Por último, no referente aos Bombeiros, que atravessam uma situação financeira complicada, mesmo com o apoio do município, foram condecorados e saudou a mesma, mas sugeriu uma condecoração ou louvor aos profissionais de saúde do concelho.

Interveio o Presidente da U.F. Poiares e Canelas, Paulo Primo, abordando a desagregação da união de freguesia de Poiares e Canelas, salientando que se mantém a vontade dos fregueses em desagregar a mesma.

Tomou a palavra o Sr. Presidente respondendo à Deputada Marlene Almeida, aludindo acerca da diferença entre CAF e AEC e à deputada Carla Borges, concordando que para as Assembleias Municipais foi uma melhoria passarem a ser transmitidas em direto e no respeitante à rotunda Baden Powel, efetua uma explanação do processo, explicando que não há relação com a cota de cheia, dizendo, ainda, que a desconformidade da obra com o projeto defendido é a melhor opção, a entrada ficar onde está, ao invés do que efetivamente foi aprovado pela APA, o limite do terreno é cumprido. No que diz respeito às Festas do Douro, correram bem e os constrangimentos existem igualmente mesmo que não se encerrasse a Avenida do Douro, o semáforo melhorou os engarrafamentos. Salientou, ainda que a intensão foi dar amplitude às festas para que cada vez mais pessoas nos visitem, salientando que devia ser criado um eixo entre as festas de Vila Real/Peso da Régua/Lamego, articulando assim as festas das três cidades. Efetuou uma retrospectiva das festas, nomeadamente dos dias 14/15 e 16 de agosto, referindo que o modelo atual, apesar de ter constrangimentos no trânsito, parece ser o modelo mais apropriado, no entanto ainda não satisfaz totalmente, havendo a ambição de receber mais gente a ir à restauração e bares, onde o vinho possa estar presente e ser central. Quanto ao valor dos artistas, informou que ficou nos 115.000€, o fogo de artifício em 55.000€ (arraial do rio), 10.000€ (arraial do Peso) e em termos de segurança e policiamento em 33.000€. No total o valor das mesmas ficou em 335.000€, existindo o entendimento de que é uma despesa que se transforma em investimento.

Em resposta ao Deputado Eduardo Miranda, relevou que quem andou pelas ruas da cidade durante as festas notou bem como estavam cheias as zonas de restauração. Respondendo à deputada Marinete Alves, relativamente à candidatura, a mesma não está concluída, estando a trabalhar-se para ter-se 4 stands para receber cerca de 70 marcas de vinho do território. Quanto ao pavilhão multiusos, não está prevista nas suas convicções para as necessidades do concelho e custaria cerca de 8 milhões de euros, entendendo que

este montante é necessário para outras prioridades do concelho. Na Douro Wine City, já foi avaliada e ponderada a utilização de sistemas de climatização em caso de temperaturas extremas.

Anuiu com o deputado Eduardo Miranda, no que se refere a apenas haver uma tarifa empresarial, mas quem determina é a ERSAR, que faz auditorias de forma permanente, e concorda que é injusto havendo diferenças nos tipos de empresas e dimensões e esta injustiça em matéria de resíduos ainda mais agudiza as diferenças entre as empresas. Já no que diz respeito às dívidas dos agregados familiares, vai ser um problema e não só da comunidade cigana e nesse sentido anseia que haja maior flexibilidade por parte da ADIN em dividir mais no tempo o pagamento das dívidas das famílias. No que respeita à corporação de Bombeiros, a situação é generalizável a todas as corporações, devido aos poucos recursos, associou-se assim na preocupação manifestada, concordou ainda com a condecoração/louvor aos profissionais de saúde por todo o trabalho na fase crítica da pandemia.

Acerca da intervenção do presidente de junta Paulo Primo, encontra-se de corpo e alma a defender o processo de desagregação das freguesias, nomeadamente a de Poiares e Canelas.

No período de intervenção aberto aos Municípios presentes não se registaram intervenções.

Procedeu-se à discussão da ata da última Assembleia municipal, tendo o deputado Luís Monteiro proposto uma correção na página 6, nomeadamente no último parágrafo, “contas do município”.

Posta à votação, considerando a alteração sugerida, foi a mesma aprovada, com 23 votos a favor e 6 abstenções.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal endereçou votos de rápidas melhoras às seguintes individualidades do concelho: Nuno Gonçalves, Ana Paula e Miguel Saraiva.

Entrando no 1º ponto da ordem do dia iniciou-se a apreciação da informação escrita do Ex. Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e a situação financeira do município.

Relativamente à atividade do Município o Sr. Presidente realçou alguns pontos e respondeu às questões dos deputados:

- As reuniões com a GNR e avançou a informação de que teremos novo comandante em breve.
- Reunião com a APDL – o projeto do cais fluvial está em andamento e começa-se a abordar as entidades que vão ter um papel importante neste processo.
- Reunião com as câmaras municipais de Vila Real e Santa Marta de Penaguião, na sequência de uma ecopista conjunta, um projeto assinado e com candidatura.
- Reunião com a Santa Casa da Misericórdia a fim de discutir a reabilitação e transferência do centro de saúde e de uma clínica de reabilitação e ter 2 blocos operatórios.
- Presença no conselho de navegabilidade no âmbito dos municípios ribeirinhos para haver uma taxa turística, taxas criadas para serviços e não para compensação.
- Reunião com a AICEP – para potenciais investidores estrangeiros.
- Reunião com a IP acerca de um estudo de tráfego.
- Audiência com o Sr. Presidente da República na qual saiu a possibilidade de o 10 de Junho ser no território em 2023, independentemente do concelho da CIM Douro que seja.
- Encontro Nacional da CPCJ, o próximo será no concelho com a participação de cerca de 600 pessoas, a CPCJ de Peso da Régua foi reconhecida pelo seu trabalho desenvolvido.
- Encontro Nacional de Autarcas – descentralização, crise e acréscimo do custo de energia.
- Celebrações do Centenário de Agustina Bessa Luís com eventos a decorrer ao longo do ano.
- Cidade Europeia do Vinho (CIM Douro) – áreas importantes a trabalhar: promoção, qualificação dos agentes locais.
- Reunião com o Secretário de Estado de Conservação da Natureza, das Florestas e Ordenamento do território, onde se retratou as albufeiras e jardins e espaços mais artificiais. O problema da escassez da água, é um problema de ontem e não de hoje.
- Reunião com o ACES para a articulação dos centros de saúde serão reforçadas as competências.
- Agrupamento de escolas e escola do Rodo estão com candidaturas a decorrer para a criação de centros de profissionalização no âmbito do PRR – Contratos de competências.
- Assinatura das candidaturas de equipamento sociais de 3ª geração: Instituições certificadas, Loureiro, Vilarinho dos Freires, A2000.
- Organização das Jornadas do Douro.
- Presença no “Porto Wine Day”.

- No âmbito das IPSS: App para resolver situações, potenciar consultas para videoconferência.
- 1º Torneio de Xadrez, ambiciona-se fazer 1 torneio nacional em Peso da Régua.
- Chuva de estrelas, pela 1ª vez foi internacionalizado, foi um sucesso.
- Passeio sénior, foi marcante a forma como puderem os seniores divertir-se.
- Gala do Desporto, incentivar os jovens à prática desportiva.
- Estratégia Local de Habitação, com alteração e acréscimo de novas habitações, alguns fogos na escola de Fontelas, no Bairro Branco. Informou, ainda que começou a obra do bloco 21 do Fundo Fomento da Habitação, bem como as reuniões para a constituição de condomínios.
- Já existem preços para a empreitada na estrada paralela à igreja de Godim e na estrada ao pé da casa do povo até ao centro escolar das Alagoas.
- Novo lançamento de concurso para o antigo Hotel Vilhena.
- Antiga casa do cantoneiro e polidesportivo de Vilarinho dos Freires não tem corrido bem.
- Apresentação acerca das obras do Hospital D. Luiz I e das Termas do Moledo, com um potencial enorme em termos de espaço e salientou ainda o facto de serem únicas no território duriense.

Usou da palavra a Deputada do PS, Carla Borges, questionando sobre a que diz respeito os dois novos processos jurídicos do Município.

Toma a palavra o Deputado do PSD, Raúl Gonçalves, para enaltecer a lista extensa de atividades e a dinâmica do concelho, com 14 projetos em execução, 7 projetos a iniciar a execução e 11 empreitadas – projeto a concluir a sua execução. O PSD prometeu e cumpriu, nomeadamente com 2 projetos estruturais que a oposição do PS sempre foi contra, nomeadamente o Hospital e as Caldas do Moledo. Relativamente às Festas do Douro, salientou que é muito difícil dissociar o papel de coordenador das mesmas com o de Deputado Municipal.

Usa da palavra a Deputada do PS, Carla Borges, dizendo, em resposta ao Deputado Raúl Gonçalves, que o PS é sempre a favor da melhoria das condições de vida dos reguenses.

Intervém o Deputado do PSD, Raúl Gonçalves, dizendo que o PS votou contra os Planos de Atividades/Orçamento, logo, vota contra os projetos.

Usa da palavra a Deputada do PS, Marinete Alves, abordando novamente do projeto e pediu respostas. Aludiu acerca da ambição para feiras, eventos agrícolas e sobre a vinhos, uma expo na cidade.

Intervém a Deputada do PSD, Cátia Trindade, sobre a Linha do Douro, a CIM Douro manifestou-se afincadamente acerca deste assunto e abordou o ponto de situação das atividades extensas, das festas dinâmicas e da habitação social que visa colmatar e dar resposta às carências das famílias.

Para fins de encerramento da discussão do ponto 1, usou da palavra o Sr. Presidente, respondendo à Deputada Carla Borges, esclarecendo que os processos jurídicos que são do decorrer normal da atividade do município. Quanto ao Hospital, relembra que a publicação do Ascenso Simões e Agostinho Santa que também eles consideram que o que existe é um Hospital e recorda acerca das valências que vai ter.

Em resposta à Deputada Marinete Alves informa que não é uma opção haver um pavilhão para eventos, reafirmando que promove e continuará a promover o vinho. E que quanto ao novo projeto, foram contactados todos os viticultores e foram 15 os que manifestaram interesse em participar na candidatura e vender o seu produto.

Por imposição legal, foi votado o prolongamento por um período máximo de mais duas horas, o qual foi aprovado, por unanimidade, com 28 votos.

Deu-se entrada no ponto 2 da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, que afluente que é uma proposta aprovada na Assembleia Municipal anterior para aprovação do Júri de 2 postos de dirigentes intermédios.

O Deputado Eduardo Miranda, do CH, questionou quais os elementos do júri ao qual o Sr. Presidente respondeu que se encontra na proposta.

A Deputada Carla Borges, do PS, não tem nada a opor.

O Deputado Raúl Gonçalves, do PSD, não tem nada a opor e anuncia que o PSD votará favoravelmente.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal relativa à apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal para a composição do Júri para o recrutamento de dois lugares do cargo dirigente intermédio de 3º grau, foi aprovada por unanimidade com 29 votos a favor.

Deu-se entrada no ponto 3 da ordem do dia, tomou da palavra o Sr. Presidente, que esclareceu que visa complementar 2 visões, técnica e política, incluindo rúbricas no orçamento e regularizar a situação do que vem no orçamento de estado. Todos os grupos municipais prescindem do uso da palavra.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal relativa à Apresentação, discussão e aprovação da alteração orçamental n.º 8, foi aprovada por unanimidade com 29 votos a favor.

Deu-se entrada no ponto 4 da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, que esclareceu que tem que ver com a dinâmica da realidade, mantendo o valor, mas acrescentando o número de fogos, informou ainda que atualmente estão 27 candidaturas privadas submetidas, tendo sido aprovadas 24, já quanto às candidaturas da Câmara Municipal, todas foram aprovadas. Identificou espaços que se pretendem adquirir para requalificar no âmbito da ELH, para financiamento a 100%.

O grupo municipal do CH, prescinde do uso da palavra.

A Deputada Carla Borges, do PS, refere que esta estratégia visa dar resposta a novos pedidos e nesse sentido votarão favoravelmente.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal relativa à Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à alteração à Estratégia Local de Habitação de Peso da Régua, foi aprovada por unanimidade com 29 votos a favor.

Deu-se entrada no ponto 5 da ordem do dia, tomou a palavra o Sr. Presidente, evidenciando que tem como objetivo dar continuidade ao que se fez anteriormente, com a aquisição de 2 terrenos específicos (terrenos paredes meias onde era o Dia junto ao Pingo Doce de forma a poder criar um arruamento que vai dar à Douro Lar e áreas de acolhimento empresarial e tecnológico e um outro terreno em direção à escola do Rodo, que ainda se está a estudar o fim).

Toma a palavra a Deputada Carla Borges, do PS que congratula o executivo por estar a dar os primeiros passos para a construção de uma zona empresarial, questionando se o valor do empréstimo é para aquisição dos 2 terrenos apenas.

Intervém o Deputado Raúl Gonçalves, do PSD para parabenizar o executivo por mais um compromisso assumido e consequentemente cumprido e anunciar a votação favorável,

deixando como nota um bem-haja a todos pois neste dia, precisamente, faz um ano que foram eleitos.

Para encerramento, usou da palavra o Sr. Presidente que esclareceu a deputada Carla Borges que nunca se deixou de investir por falta de espaços para o efeito. Este é o valor final da compra, o valor final de um e a avaliação de outro, que poderá sofrer alterações.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal relativa à Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal de autorização para a contratação de EMLP, ao abrigo do art.º 51º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de setembro, na sua atual redação para Aquisição de Terrenos para a Criação de Áreas de acolhimento Empresarial Tecnológicas e Oficiais, até ao montante de 445.290,60€, foi aprovada por unanimidade com 29 votos a favor.

Deu-se entrada no ponto 6, 7, 8 e 9 da ordem do dia, com discussão em conjunto, tomou a palavra o Sr. Presidente, fazendo um aparte inicial para responder a uma pergunta anterior, acerca da Linha do Douro, informando que é orientação política do governo que é para avançar a ligação entre Marco de Canaveses – Régua – Pocinho, mas também Pocinho – Barca D’Alva. No referente aos impostos mantém-se a linha anteriormente seguida, no IMI desceu 1 décima, na derrama mantém-se e no IRS mantém-se em 5%, na medida em que quem tem de baixar é o Governo e não a escala local.

Usou da palavra o Deputado Luís Monteiro, do PS, que abordou a descida no IMI como sendo insuficiente, alertando para um erro na redação, relativamente à derrama. No respeitante ao IRS, o PS não concorda, pois retira competitividade pela diferença com o que é tributado ao operador empresarial e o empresário em nome individual.

Tomou a palavra o Deputado Raúl Gonçalves, do PSD relembrando que em 2018 o deputado à Assembleia da República, Ascenso Simões, não estava de acordo com o investimento na linha do Douro, mas sim com o investimento na IC26. Enalteceu, ainda, a vontade política que existe, atualmente, em tornar este projeto uma realidade. Refere que o PSD votará favoravelmente em todos os pontos.

Usou da palavra o Deputado Eduardo Miranda, do CH que no respeitante à Linha do Douro, relembra que Ascenso Simões afirmou que o que interessava era o IC26, dizendo por fim estar solidário com a intervenção do Deputado do PSD, Raúl Gonçalves.

Tomou a palavra o Sr. Presidente, aludindo que o trabalho em rede é fundamental, prova disso foi a unanimidade que a Linha do Douro conseguiu na CIM Douro. Realçou pela positiva a representatividade que o nosso concelho tem na Assembleia da República nesta matéria. No que se refere à intervenção do Deputado Luís Monteiro, afirmou que concelhos vizinhos isentam o IRS, mas ressalva que esses mesmos concelhos têm valores bastante superiores em termos de tarifas de água, saneamento e lixo. Quanto à escolha da figura de empresário, cabe a cada um escolher a mais benéfica com os prós e contras que lhe é inerente.

Usou da palavra o Deputado Luís Monteiro, do PS que menciona que não há consignação de receitas, e deve ser dada atenção aos pequenos viticultores que não têm condições de se tornar uma sociedade.

Em resposta, usou da palavra o Sr. Presidente, referindo que falou em consignação de receitas, se a receita diminui terá de se ir compensar em algum lado. O que se tenta é o equilibrar e fazer com que o apoio seja transversal a todos e não só a alguns, como aconteceria se se baixasse o IRS e não se apoiasse na fatura da água, saneamento e lixo. Esclareceu, desta feita, que não é aos pequenos viticultores, que detêm baixos rendimentos, que esta taxa vai prejudicar.

Em conclusão, o Sr. Presidente da Assembleia, dá nota de que excepcionando a ideologia política, tem uma estima pessoal pelo ex-deputado Ascenso Simões.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal relativa à Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal relativa à fixação de percentagem da taxa do IMI para vigorar na cobrança a efetuar durante o ano 2023, foi aprovada por unanimidade com 29 votos a favor.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal relativa à Apresentação, discussão e aprovação da proposta Câmara Municipal relativa à fixação da percentagem da taxa de participação no IRS, para o ano 2023, ao abrigo do preceituado no art.º 25º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, foi aprovada com 17 votos a favor, 9 votos contra e 3 abstenções.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal relativa à Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal de lançamento de uma derrama, através da fixação da percentagem da taxa para o ano de 2023, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, foi aprovada por unanimidade com 29 votos a favor.

Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal relativa à Apresentação, discussão e aprovação da taxa municipal de direitos de passagem fixação de taxa para 2023, foi aprovada por unanimidade com 29 votos a favor.

Deu-se entrada no ponto 10 da ordem do dia, referente à Designação de um representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde – Douro I – Marão Norte (ACES), de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 50º do Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto, tendo sido apresentadas duas listas, a A e a B, Eduardo Miranda e Paula Carvalho, respetivamente. Postas à votação, obtiveram-se os seguintes resultados, Lista A, com 18 votos; Lista B, com 10 votos e 1 voto nulo.

Nada mais havendo a tratar, a Assembleia deliberou por unanimidade, estando presentes, vinte e nove dos Senhores e Senhoras Deputados(as), aprovar a presente ata, em minuta, para surtir efeitos imediatos, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelos membros da Mesa.